

## Comuna de Paris, a revolução urbana



Por **CAROLINA FREITAS\***

*A Comuna de Paris foi uma experiência de poder proletário que embaralha a grande política e o cotidiano das massas, nas múltiplas incursões revolucionárias nas ruas da cidade*

“Quando o manto imperial finalmente cair sobre os ombros de Luís Bonaparte, a estátua de bronze de Napoleão despencará do alto da coluna de Vendôme” (Marx, 2010, p. 154). Marx termina, com essas palavras, o *18 Brumário de Luís Bonaparte*, obra que publica em 1852. No entanto, é em maio de 1871 que o monumento no 1º. arrondissement, abominado pela multidão em Paris, vai realmente abaixo; a cena de fúria coletiva contra a estátua – imagem tão recentemente resgatada no levante antirracista no coração do imperialismo no ano de 2020 – ali ocorria enquanto a massa, em revolta, era atingida pelos tiros da reação que cercavam a cidade, já na sanguinolenta derrota da revolução.

A guerra franco-prussiana gesta, de um lado, a primeira experiência moderna de tomada do poder pelo proletariado e, por outro, a unificação do império alemão. Tanto a França quanto a Alemanha obviamente não seguem o exemplo da industrialização a que Marx se referiu na Inglaterra – e é basicamente infértil a tarefa de abstrair que qualquer lugar o tenha seguido.

O Segundo Império de Luís Bonaparte foi uma saída autocrática para a crise econômica que assolou a Europa, particularmente a França, nos anos de 1840; era a solução autonomizadora, de elevação do poder de Estado acima das frações então diversas, de idealistas republicanos (burgueses e radicais) a monarquistas, à sombra das experiências de insurreição de 1830 e das jornadas de junho de 1848. Era parte do intuito do golpe autoritário, evidentemente, a proteção da propriedade e a prevenção de novos levantes revolucionários.

A urbanização de Georges-Eugène Haussmann, prefeito do Sena entre 1853 e 1870 (ano que antecede a Comuna), produto histórico único do bonapartismo, produz a mais moderna entre as cidades capitalistas europeias – uma cidade, segundo sua mentalidade autocrática, cuja vocação de “capital do ocidente” só seria comparável a Roma da antiguidade (Harvey, 2015, p. 187).

O plano autenticamente moderno de obras e investimentos públicos redimensiona a cidade, assimila suas regiões suburbanas, aumenta ineditamente a escala dos meios de circulação, geometriza seus raios de maneira euclidiana, descentraliza o controle do Estado, multiplica o tamanho das avenidas, amplia a rede ferroviária e comunicacional ligada a Paris, derruba as vielas e ruelas das moradias populares, restabelece desenhos de segregação habitacional.

Durante anos, Paris se torna um canteiro de obras interminável, onde milhares e milhares de migrantes camponeses proletarizados passam a trabalhar. Eles constroem as redes da infraestrutura ferroviária e telegráfica ao redor do país e também os bulevares e comércios de varejo a oeste de Paris, enquanto a cidade vai fermentando novíssimas e próprias contradições.

O impacto da transformação subjetiva, da criação mesma de um novo sujeito, o proletariado, que não era mais o *sans culotte*, que não era mais o *ouvrière*, mas uma massa subsumida sobretudo por esta urbanização de novos ditames – mundialmente inovadores e resultantes da aceleração planejada do tempo pela produção do espaço –, é de difícil dimensão. Mesmo que a urbanização, enquanto movimento específico de compressão do tempo pelo espaço, seja uma experiência genericamente comum na história do capitalismo, ela ainda hoje é teorizada aquém da sua importância.

A nova Paris planejada pelo bonapartismo, sede promissora dos imperativos tecnológicos da circulação do capital,

arquitetou também sua negação. Os laços políticos proletários, forjados a partir dos bairros da cidade, foram cruciais para o levante que tomou o poder há 150 anos. O proletariado parisiense de 1871 se espalhava a noroeste, passando pelo leste até o sudoeste da cidade. Uma ferradura que isolava a região oeste, de ocupação expressivamente burguesa e fundamental na tomada geográfica da Comuna em maio pela contrarrevolução.

Nesta ferradura espacial de ocupação proletária, havia múltiplas concentrações de associações de ajuda mútua, forjadas desde a década anterior, em que o blanquismo e outras correntes radicais tinham inserção política. Os pólos comunitários territoriais distribuíam itens básicos de consumo nos bairros e foram a premissa material dos encontros públicos realizados para educação e politização da população pauperizada e radicalmente insatisfeita desde 1868.

A “outra Paris”, a leste, era convulsionada por debates diários acalorados em praças públicas, conduzidos pela variedade de radicais, blanquistas, socialistas, a léguas do rio Sena. Estes encontros forjaram uma nova cultura de rua ao som de novas baladas revolucionárias do período, enquanto fortalecia as organizações sindicais, as cooperativas barriais e iniciativas de mulheres trabalhadoras (estas últimas o gérmen da *União de Mulheres para a Defesa de Paris e Cuidado com os Feridos*, importante referência política organizativa durante a própria Comuna).

A superlotação insalubre dos bairros proletários centrais que conhecemos pelas descrições balzaquianas foram dragadas pela reconstrução radical de Haussmann e a arregimentação de uma frente renovada de interesses do capital imobiliário-financeiro. As demolições foram proporcionais às novas construções, vultuosas numericamente, de alargamento das zonas nobres da cidade a oeste e de periferização proletária da cidade a leste. O encarecimento sistemático dos preços imobiliários e o aumento na proporção de renda despendida por trabalhadores com aluguel no período são fatores significativos dessas novas contradições de classe.

Nos meses em que a Comuna durou, a suspensão do pagamento dos alugueis, a utilização de imóveis para moradia, e, mais importante, a organização política decisória estabelecida com critérios territoriais, a partir dos Comitês de Bairro, são não apenas expressão de uma ideologia autonomista e municipalista, derivada do programa das correntes radicais mais influentes durante a revolução; não podem ser interpretadas tão somente como a razão do fracasso da revolução; são constitutivas de uma formação experimentada nos vários anos anteriores no chão da cidade, que gestou uma classe, a própria classe que, aliás, diga-se de passagem, foi mundializada neste século XXI: o proletariado urbano, as periferias produzidas em escala planetária, ou seja, *a urbanização como proletarização*.

Abolição da polícia, distribuição da alimentação, educação para as crianças, moradia para toda a população, decisões políticas cruciais para o destino daquela Paris – e, potencialmente, do destino de todo mundo moderno – sendo definida entre vizinhos, entre os alvos daquele novo processo de despossessão urbana.

A revolução da Comuna, tomada “em ato”, como apresenta Marx em *Guerra Civil na França*, foi efetivamente uma experiência de poder proletário que embaralha a grande política e o cotidiano das massas, nas múltiplas incursões revolucionárias nas ruas da cidade.

É também a forma específica da produção capitalista do espaço urbano, pioneira da modernidade, que aduba as próprias contradições que fermentaram a Comuna. A cidade inventa um novo poder, a partir dos germens da materialidade espacial, ou seja, gera novas modalidades de reprodução social e, com isso, também de reprodução das próprias relações sociais de produção. Estes foram os promissores sinais rebentos do mutualismo sobrevivente de uma classe devastada pela guerra, pela industrialização e pela reconstrução da vida urbana.

Todas as necessidades imediatas à sobrevivência se transformam em gratuidade; as jornadas de trabalho são encurtadas, o solo urbano deixa de ser renda fundiária e se torna um uso insurreito sem a determinação formal da mercadoria. Os veículos são proibidos e as ruas são tomadas apenas pelos pedestres por decisão coletiva.

Se a Comuna foi “a maior festa do século XIX”, como insiste Henri Lefebvre, é porque a história passou a ser comandada pelo espaço cotidiano, pela ideia finalmente concreta da liberdade. A grande complicação é que a derrota da Comuna também é, ao mesmo tempo, a sua exuberância humana imaginativa: a revolução urbana.

**Carolina Freitas** é doutoranda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

## Referências

---

HARVEY, David. *Paris, capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

LEFEBVRE, Henri. *A Importância e Significado da Comuna*. In: VIANA, Nildo (org.). *Escritos Revolucionários Sobre a Comuna de Paris*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2011.

A Terra é Redonda